



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Dispõe sobre credenciamento de Universidades e de Centros Universitários		
RELATOR(A): Carlos Alberto Serpa de Oliveira		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001-000061/2002-32		
PARECER N.º: CNE/CES 0111/2002	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 13/03/2002

I - RELATÓRIO

A Comissão composta pelos Conselheiros Arthur Roquete de Macedo, Carlos Alberto Serpa de Oliveira (Relator), Éfrem de Aguiar Maranhão, Yugo Okida e Lauro Ribas Zimmer (Presidente) nomeada pela Câmara de Educação Superior para se pronunciar sobre diversas matérias, entre as quais o Recredenciamento de Centros Universitários e Universidades, após homologação dos Pareceres CNE/CES 1.366/2001 e 0063/2002, vem submeter à consideração da Câmara, seu parecer sobre normas e procedimentos a serem seguidas por essas instituições, por ocasião de seu recredenciamento, previsto nas disposições constitucionais e legais vigentes no país.

II - VOTO DO RELATOR

Pretendeu-se, antes de tudo, aplicar as normas e critérios do novel Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior às análises de possibilidades de cada Centro Universitário e de cada Universidade de executar, com o melhor de seus esforços, seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, com o qual pretende realizar sua missão.

Longe de conduzir à padronização de um modelo ideal, o que se deseja é estimular a estruturação diversificada de Centros Universitários que desenvolvam ensino de alto nível e se integrem às comunidades a que servem, e de Universidades de qualidade que operacionalizem a indissociabilidade de ensino e pesquisa e estimulem a extensão universitária, nas estratégias de realizar sua missão.

Daí a importância de se centrar a avaliação no PDI de cada Instituição e nos critérios já consagrados de avaliação institucional. Na procura do equilíbrio entre critérios objetivos e subjetivos de avaliação de qualidade, deseja-se, por outro lado, alcançar agilidade no processo, progressividade nas metas de cada qual e eficácia e eficiência nas análises construtivas dos desempenhos institucionais, ao longo de tempos determinados, como indispensáveis elementos inerentes ao recredenciamento.

Tratou-se, portanto, de valorizar as avaliações do Exame Nacional de Cursos, da verificação das condições de oferta e das avaliações de pares competentes.

No caso de Centros Universitários, somos de parecer favorável a que todos sejam submetidos a processo de recredenciamento, na forma do que preceitua o Roteiro de

111/02

Processo(s):

Orientação elaborado pelo MEC/INEP, que deve, no entanto, ser reformulado para abrigo os postulados consagrados no Parecer CNE/CES 0063/2002, que aprovou o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, especialmente no que se refere a privilegiar, no processo de avaliação, o julgamento subjetivo de pares qualificados e experientes, sem que sejam desconsiderados os indicadores objetivos, que medem também dimensões relevantes do processo, mas que, por isso, são certamente limitados.

Diz o Parecer CNE/CES 0063/2002:

“... a. cada bloco de análise de indicadores, seguir-se-á espaço para que os avaliadores possam e devam apreciar aquela questão sob sua ótica, percepção e experiência acumulada.

O conjunto dessas análises subjetivas, considerados os indicadores objetivos, deverão, por discussão e negociação entre os avaliadores, se constituir no parecer final de avaliação”, ou seja, no relatório final da Comissão.

E mais adiante:

“...a relatividade dos pesos em cada bloco deve ser considerada como um importante referencial na avaliação quantitativa e objetiva, podendo, no entanto, os avaliadores, produzir avaliação subjetiva e qualitativa própria, a qual, se conflitante com a quantitativa, deverá ser justificada pelos mesmos.

Isto porque o que se busca, na realidade, é a validade inter-subjetiva, ou melhor, que; como já dissemos, diferentes observadores qualificados cheguem a construir o mesmo julgamento subjetivo, tendo como referência o observado e as informações objetivas ou fornecidas, de modo a que se possa verificar o mérito e a relevância de cada qual, para que se alcance o objetivo pretendido.”

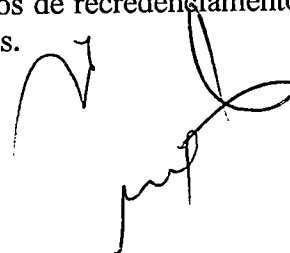
Estamos propondo à Câmara de Educação Superior, que o início do processo de credenciamento de Centros Universitários seja desencadeado 120 (cento vinte) dias após a homologação deste parecer e obedeça a critério cronológico de datas de seus credenciamentos originais, conforme calendário elaborado pela SESU/MEC.

Outrossim, fazem-se necessárias modificações no Manual de Orientação para credenciamento de Centro Universitário, para incorporar as considerações do presente Parecer, após o que, julga este Relator, o mesmo pode ser aprovado.

Julga o Relator que Centros Universitários se constituem em importante e nova figura no cenário da Educação Superior Brasileira, devendo ser consolidados, pelo muito que podem contribuir para a formação qualificada de nossos jovens. Por esta razão nos processos de avaliação que visem ao credenciamento, é indispensável que as Comissões de Pares tenham presente que os Centros, muitos deles, se encontram em processo de consolidação, já que o credenciamento inicial previu sua implantação, no prazo de 3 (três) anos, o que, sem nenhuma dúvida, para uma nova experiência educacional, se constitui em prazo exíguo, já que um projeto educativo se concretiza a médio e longo prazo.

Por outro lado, por ocasião do primeiro credenciamento de Centros, devem ser levadas em consideração as normas pelas quais foram credenciados .

Este é, inclusive, a razão para que os novos prazos de credenciamento para Centros Universitários possam alcançar a duração de 10 (dez) anos.



Processo(s):

No credenciamento de Universidades, obrigatório para todas, somos de parecer que a elas seja ofertada a oportunidade de credenciamento voluntário, devendo a SESu/MEC, para aquelas que aderirem, organizar, também, calendário de atendimento às solicitações por elas livremente encaminhadas.

Consideramos, no entanto, de suma importância que o processo de credenciamento de Universidades, que deve ser desencadeado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da homologação deste parecer, deva merecer da SESu/MEC explicitação de sua capacidade operacional, sob a forma de edital público, estimulando-se a diversificação de instituições a serem avaliadas.

Considera ainda este Relator que os critérios de avaliação para o credenciamento de Universidades devam contemplar as orientações deste parecer, a serem consolidados sob a forma de Manual de Orientação elaborado pelo INEP/MEC e aprovado pela CES/CNE, garantindo-se, desde já, na forma do Art. 52 da LDB, considerado o previsto em seu Art. 88, a fundamental avaliação da dimensão – pesquisa institucionalizada – de forma clara e indubitável, por Comissão de Pares de Alto Nível, a quem também incumbirá a avaliação institucional da Universidade, com destaque indispensável para a dimensão – extensão – de suas atividades.

Importante torna-se igualmente destacar que o PDI da Universidade e as estratégias previstas para ver concretizada sua Missão, sejam os elementos fundamentais que devam orientar a referida Comissão, que visitará a Instituição, na confecção do Relatório Final sobre o seu credenciamento, a ser posteriormente submetido ao INEP/MEC e à SESu/MEC e à análise e Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e subsequentemente, à homologação Ministerial.

Faz-se mister ainda indicar que os PDI a serem apresentados pelas Universidades, construídos a partir do indispensável diagnóstico institucional, devam abranger o período de 10 (dez) anos, propondo este Relator à Câmara de Ensino Superior que o prazo de credenciamento de Universidades possa igualmente atingir 10 (dez) anos.

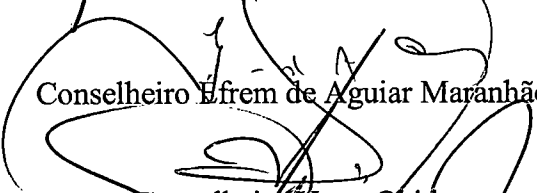
Por último, somos de parecer que sejam revogadas as disposições contrárias a este Parecer, em especial a Portaria Ministerial 1465, de 12/7/2001.

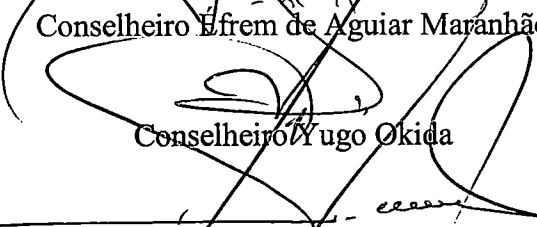
Em anexo propomos Minuta de Resolução sobre a matéria que faz parte integrante deste Parecer.

Brasília(DF), 13 de março de 2002.


Conselheiro(a) Carlos Alberto Serpa de Oliveira – Relator(a)


Conselheiro Arthur Roquete de Macedo


Conselheiro Efreim de Aguiar Maranhão


Conselheiro Yugo Okida

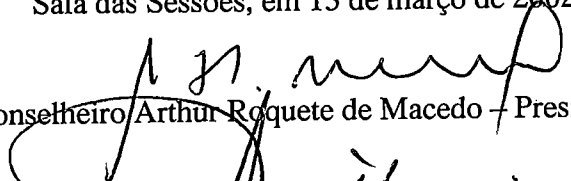

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer - Presidente

Processo(s):

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 13 de março de 2002.


Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente


Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Dispõe sobre o Recredenciamento de Universidades e Centros Universitários do Sistema Federal de Educação Superior

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nas Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, alterada pelos dispositivos pertinentes da Medida Provisória 2216-37, de 31/8/2001, e o Parecer CNE/CES 1366/2001 e a Resolução CNE/CES 10/2002, e bem assim o Parecer CNE/CES 111/2002, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em ----- de ----- de 2002,

RESOLVE:

Art.1º O recredenciamento de Universidades e Centros Universitários do Sistema Federal de Educação Superior obedecerá aos preceitos desta Resolução.

Art.2º O recredenciamento de Universidades e Centros Universitários deverá ser centrado na avaliação do PDI de cada instituição e nos critérios vigentes da avaliação institucional, promovendo-se equilíbrio entre critérios objetivos e subjetivos de avaliação de qualidade, de modo a contemplar agilidade no processo, progressividade nas metas fixadas e eficácia e eficiência nas análises construtivas dos desempenhos institucionais, ao longo de tempos determinados.

§ 1º. Serão computados os resultados existentes das avaliações do Exame Nacional de Cursos, das verificações das condições de oferta e das avaliações de pares competentes.

§ 2º Nos processos de avaliação a que forem submetidas essas instituições, deverá ser privilegiado o julgamento subjetivo de pares qualificados e experientes, sem que, no entanto, sejam desconsiderados os indicadores objetivos previstos no parágrafo anterior, que medem também dimensões relevantes do processo e bem assim os constantes dos Manuais de Avaliação Institucional para recredenciamento de Universidades e de Centros Universitários elaborados pelo MEC/INEP e aprovados pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação como anexos ao Parecer CNE/CES 111/2002.

§ 3º O PDI de Universidades e Centros Universitários, indispensável instrumento de planejamento e avaliação futura, poderá ser objeto de correções de rumo, mediante processo de reformulação e atualização, a ser comunicada à SESu/MEC, acompanhada de justificativa.

CAPÍTULO I DO RECREDECIMENTO DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS

Art. 3º O Recredenciamento de Centros Universitários, obrigatório para todos, será feito em consonância com o Manual de Avaliação Institucional para Recredenciamento de Centros Universitários, aprovados pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. Por ocasião do primeiro recredenciamento dos Centros Universitários, devem ser levadas em consideração as normas pelas quais foram credenciados.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação elaborar calendário para o processo de recredenciamento dos Centros Universitários, que terá início 120 (cento e vinte) dias após a homologação desta Resolução, obedecendo-se a critérios cronológicos de datas de seus credenciamentos originais.

Art. 5º Os Centros Universitários poderão ser recredenciados por prazos de até 10 (dez) anos, pelo que seus PDI, constituídos a partir do indispensável diagnóstico institucional, deverão, também, abranger o período de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO II DO RECREDECIMENTO DE UNIVERSIDADES

Art. 6º No recredenciamento de universidades, obrigatório para todas, será ofertada a oportunidade de recredenciamento voluntário, devendo a SESu/MEC, para aquelas que aderirem, organizar calendário de atendimento às solicitações por elas livremente encaminhadas.

Parágrafo único. O início do processo de recredenciamento de universidades se dará 180 (cento e oitenta) após a publicação desta resolução, devendo a SESu/MEC, sob a forma de edital público, explicitar sua capacidade operacional de atendimento, estimulando ainda a diversificação de instituições a serem analisadas.

Art. 7º Os critérios de avaliação para recredenciamento de universidades obedecerão aos postulados emanados do Parecer CNE/CES 111/2002 e ao manual de Avaliação Institucional para Recredenciamento de Universidades, elaborado pelo INEP/MEC e aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. Na forma do Artigo 52 da Lei 9.394/96, resguardado o previsto em seu Artigo 88, o recredenciamento de universidades se fundamentará, de forma clara e indubitável, na avaliação da dimensão pesquisa institucionalizada, a ser realizada por Comissão de Pares de Alto Nível, a ser indicada pela SESu/MEC, a quem também incumbirá a Avaliação Institucional da Universidade, com o indispensável destaque para a dimensão extensão suas atividades.

Processo(s):

Art. 8º As universidades poderão ser credenciadas por prazos de até 10 (dez) anos, pelo que seus PDI, constituídos a partir do indispensável diagnóstico institucional, deverão, também, abranger o período de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO III DA APROVAÇÃO DO REDEDENCIAMENTO

Art. 9º O Relatório Final da Avaliação Institucional com vistas ao Redenciamento de Centros Universitários e Universidades coordenado pelo INEP/MEC, será enviado à SESu/MEC para aprovação e posterior análise e aprovação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e subsequente homologação do Ministro de Estado de Educação. X

Parágrafo único. Eventuais recursos à decisão da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação obedecerão às normas previstas no regimento do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Ministerial nº 1465 de 12/7/2001.

Brasília, 2 de abril de 2002.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

